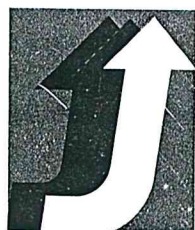


ELEIÇÕES PARÁ A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 1983



MANIFESTO ELEITORAL



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA



A SOCIAL DEMOCRACIA

PARA PORTUGAL

PPD/PSD

Nota Pinto

1983

I—A ESTRATÉGIA PRÉ-ELEITORAL: SEUS PRESSUPOSTOS E OBJECTIVOS

1. O PSD SUBMETE-SE AO ELEITORADO, NA AUTENTICIDADE DAQUILO QUE É, COM A VERDADE DAQUILO QUE PROPÕE.

O PSD adopta uma estratégia eleitoral de concorrência às urnas em listas próprias.

Ao decidir assim, o Partido não enjeita o apoio que emprestou à AD, nos exactos termos do acordo que lhe deu origem, o qual terminou com a dissolução do Parlamento. Portanto, extinguiu-se a legitimidade político-contratual da coligação na sua fórmula originária, a qual assentava nos resultados obtidos em 1976 pelos respectivos Partidos.

Portanto, é necessário conhecer o grau de aceitação pelo eleitorado das propostas e soluções que cada Partido defende, após o que se revestem de total legitimidade os acordos visando a constituição de maiorias.

É, assim, imperativo que o PSD se submeta ao sufrágio na autenticidade daquilo que é e com a verdade daquilo que propõe.

2. O PSD É ALTERNATIVA POPULAR, SÉRIA E REALISTA AO CONSERVADORISMO E AO COLECTIVISMO.

O PSD situa-se, desde a sua fundação, entre o PS e o CDS, à sua esquerda e à sua direita imediatas, partidos em que são bem visíveis faixas perigosamente desequi-

librantes, respectivamente, de feição radical marxista-colectivista e de pendor autoritarista-conservador.

E não é de excluir que essas faixas do PS e do CDS venham a predominar ou a influenciar marcadamente a orientação política dos respectivos Partidos.

E é certo, de qualquer modo, que ambos defendem soluções esgotadas. O CDS abriga um conservadorismo alienante, recém-vestido de «nacionalismo liberal». O PS representa o colectivismo de raiz marxista que não desaparece com o anúncio da eliminação de certos conceitos feitos à última hora.

O PSD encerra e traduz a garantia mais sólida de preservação do regime democrático, no respeito e realização efectiva dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais e numa linha de desproletarização e de dignificação de todos e de cada um dos Portugueses. O PSD é, em suma, a garantia de progresso e justiça social, contra o imobilismo e sem cair em tensões sociais excessivas.

II — A ESTRATÉGIA PÓS-ELEITORAL

3. O PSD TEM UMA POLÍTICA DE ALIANÇAS CLARA, QUE PÕE EM PRIMEIRO LUGAR OS INTERESSES NACIONAIS.

Se o eleitorado nos proporcionar maioria absoluta, governaremos sozinhos, de acordo com o nosso Programa Eleitoral de Governo e na base de um esforço contínuo para alargar a outros partidos democráticos a discussão e o consenso sobre os grandes problemas do País.

Se o PSD obtiver uma votação expressivamente forte, que se possa considerar um sucesso eleitoral, ainda que insuficiente para atingir a maioria parlamentar absoluta, **estará disponível para colaborar na formação de uma maioria democrática,** imprescindível para dar origem a um governo forte e coerente que disponha das condições necessárias para governar o país na difícil situação de crise por todos reconhecida.

Se o eleitorado nos recusar um voto expressivamente forte, o PSD retirará a conclusão de que os portugueses quiseram conceder a outros o direito e o dever de governar, remetendo-se, por isso, ao papel de Oposição democrática, firme **mas construtiva.**

4. O PSD PROPÕE A CELEBRAÇÃO DE UM «ACORDO GLOBAL DE DEFESA DO REGIME».

Não queremos exercer o poder pelo Poder. Consolidar e enriquecer o regime é a nossa proposta básica.

Por isso, **o PSD só estará disponível para participar num Governo de maioria democrática se as forças partidárias que para ele venham a concorrer aceitarem a celebração de um «Acordo Global de Defesa do Regime»,** que tenha como pontos essenciais:

- 1.º — **Constituição da República;**
- 2.º — **Presidente da República;**
- 3.º — **Programa de Governo.**

O PSD dispõe-se a celebrar este pacto com os partidos democráticos com os quais se possa constituir uma maioria parlamentar de legislatura. **Se os resultados eleitorais reafirmarem os sinais das eleições de 79 e 80, o PSD proporá a negociação do «acordo», em primeira linha, ao CDS.**

III — O ACORDO GLOBAL DE DEFESA DO REGIME

5. O PSD RESPEITA A CONSTITUIÇÃO, MAS NÃO RENUNCIA A PROCURAR INTRODUIZIR OS AJUSTAMENTOS NECESSÁRIOS.

A primeira das regras democráticas é a do respeito pela Constituição.

Sem embargo desta posição de fundo, o PSD não renuncia a procurar introduzir, na próxima revisão constitucional, os ajustamentos necessários na base de que **é conveniente prosseguir-se na eliminação das normas que apontem para um modelo constitucional dogmático e estatizante,** em particular no que respeita ao conteúdo económico.

6. O PSD DEFENDE A SINTONIA INSTITUCIONAL E O DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE OS ÓRGÃOS DE SOBERANIA, NO RESPEITO RECÍPROCO PELO PAPEL DE CADA UM.

O PSD defende uma linha política de **harmonia entre os órgãos de soberania no respeito recíproco pelo papel constitucional que a cada um cabe.**

O PSD propõe uma sintonia de raiz política e não apenas institucional entre Presidente da República-Governo-Maioria Parlamentar, com vista à maior solidez e estabilidade do regime. Deste modo, o segundo ponto a considerar no «acordo global» deve traduzir o compromisso de, em 1985, se **escolher um Presidente da República que assegure a maior e a mais coerente sintonia com a maioria parlamentar.**

7. O PSD OPÕE-SE À SUBALTERNIZAÇÃO DO SISTEMA PARTIDÁRIO.

O PSD manifesta o seu respeito pela dignidade do cargo de Presidente da República e observará o domínio específico das suas atribuições, exigindo a observância estrita pelo Presidente da República das que cabem aos outros órgãos de soberania e às instituições democráticas.

Este posicionamento do PSD tem, no entanto, um significado e sentido muito claros: **o PSD opõe-se frontalmente a qualquer evolução que pretenda colocar o sistema interpartidário democrático sob alguma forma de dependência, tutela ou orientação superior do Presidente da República, independentemente de quem exerça este cargo.**

8. O PSD OPÕE-SE À ESQUERDIZAÇÃO E AO CONSERVADORISMO RETRÓGRADO.

O terceiro ponto do «acordo global» centra-se na **formação de um Governo de Maioria de forças democráticas, constituído para actuar pelo período da legislatura.**

A nossa intervenção só será possível se tiver lugar num plano em que o PSD mantenha a forte e significativa representatividade eleitoral alcançada até hoje.

Não estaremos no Governo para permitir que os parceiros da coligação imprimam à acção governativa um cariz quer de esquerdização, quer de conservadorismo retrógrado.

IV—UM PROGRAMA CREDÍVEL DE GOVERNO

9. O PSD APRESENTA-SE COM UMA MENSAGEM POLÍTICA DE VERDADE E DE ESPERANÇA.

O País exige uma mensagem política de verdade: **dizemos aos portugueses que não há soluções milagrosas nem curas a curto prazo.**

A situação nacional é grave, mas nem tudo são sinais negativos. É nessa medida que **uma mensagem de verdade comporta um grito de esperança** e contém a certeza de que somos capazes de promover a regeneração democrática, de revigorar a sociedade e de impulsionar a reconstrução económico-social.

As políticas sectoriais de fundo e as medidas concretas do nosso projecto polarizam-se à volta destes 4 eixos:

- 1.º — **Uma sociedade livre;**
- 2.º — **Um Estado Democrático moderno;**
- 3.º — **Uma economia de progresso e justiça social;**
- 4.º — **Uma qualidade nova de vida.**

10. O PSD DEFENDE UMA SOCIEDADE DE HOMENS LIVRES QUE TENHA PRIMAZIA SOBRE O ESTADO.

Para nós, **a sociedade tem primazia sobre o Estado.** Defendemos, por isso, uma sociedade de homens livres, em que se respeite, promova e premeie as potencialidades e capacidades de iniciativas e realização.

É imprescindível que se devolva a cada homem e às suas organizações a plenitude de agentes sociais activos impregnados com um dinamismo de progresso.

11. O PSD PROPÕE-SE CONSTRUIR UM ESTADO DEMOCRÁTICO MODERNO.

O Estado Democrático moderno não se deve limitar a ser garante das condições de pluralismo e a observar e a fazer respeitar a legalidade: tem de ser flexível, ágil e renovado. Tem de ser propulsor de mudança. **Revitalizar o Estado**, nesta perspectiva de modernidade, **é fortalecer a sociedade civil.**

Para tanto, importa promover a **regionalização de atribuições, competências, meios e responsabilidades e impulsionar a descentralização e desconcentração de poderes.** Impõem-se acções eficazes de **desburocratização.** Tem de se pôr cobro à herança do centralismo e paternalismo estatal.

É preciso **fomentar maior igualdade entre as pessoas, entre funções e entre regiões.** Assim, **se é correcto suportar os custos legítimos da insularidade, há que atentar também nos custos da interioridade.**

Se é correcto dedicar esforços para a solução das dificuldades sentidas nos centros urbanos, não pode esquecer-se e deixar-se para trás o mundo rural. **O homem da terra não pode continuar dependente da servidão do benefício ao sistema citadino, tal como não deve continuar aprisionado pelo colectivismo agrícola opressor.**

Se é correcto respeitar e promover a confiança dos agentes económicos, impõe-se também **respeitar e promover a total dignidade do trabalhador, a humanização do trabalho e a democratização participativa das relação laborais.**

É inaceitável que os portugueses sejam excluídos do acesso a sectores da vida económica do seu próprio País. Há que eliminar essa discriminação através de uma **nova Lei de Delimitação dos Sectores.**

Também é injusta a discriminação baseada na dimensão das empresas. Deve, por isso, dar-se **atenção prioritária às Pequenas e Médias Empresas,** anulando-se o desfavorecimento com que se debatem, em particular na concessão de crédito e nas oportunidades de acesso e concorrência aos concursos públicos e equiparados.

12. O PSD DEFENDE UMA ECONOMIA MISTA E CONCORRENCIAL.

Uma economia de progresso e justiça baseia-se no respeito das regras da economia mista e concorrencial, tal como são sentidas por um pensamento actual de dimensão e projecção marcadamente social.

Os excessos das nacionalizações e estatizações devem ser corrigidos sob o ângulo da **desproletarização.** Isto exige a **contenção e progressiva redução de déficits orçamentais e a ampliação dos gastos sociais e dos investimentos produtivos.**

Tem de se **implementar uma reforma fiscal realista, de sentido redistributivo.** Não deve, porém, a pressão fiscal ir para além de limites aceitáveis.

O PSD defende um **sector público empresarial** adequado à função de equilíbrio da vida económica e uma **sã abertura da concorrência entre o sector privado e público.**

Deve proporcionar-se à iniciativa privada o máximo de condições legítimas de actuação, reservando-se ao Estado o papel de regulador correctivo. As «regras» da concorrência devem ser estabelecidas com clareza e cumpridas quer pelas empresas públicas, quer pelas empresas privadas, sem esquecer **a obrigação social de subsidiar actividades ou serviços de inequívoco interesse colectivo** carentes de apoio. A socialização desproletarizante que defendemos é o contraponto à socialização estatizante e o contrapoder imprescindível face ao conservadorismo desumanizante.

O País precisa de produzir mais e melhor, a fim de importar menos e exportar mais. Precisa, também, de **utilizar inovadoramente todas as potencialidades produtivas.**

Atenção prioritária deve ser concedida à agricultura e pescas, construção civil e transportes, ao fomento do turismo e à redução da dependência energética do País.

Na agricultura, em particular, deve-se retomar e **incrementar a política de distribuição de terras para explorações familiares,** independentemente da apli-

cação de um conjunto de medidas que aumentem expressivamente o nível da produtividade agrícola e da qualidade de vida do mundo rural.

13. UM CONTRATO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE RESPONSÁVEL.

Nenhuma política económica de progresso será viável, porém, contra os trabalhadores ou contra os empresários. O PSD advoga, por isso, a **celebração de um contrato social e a efectivação de uma política de consenso social alargada.**

Na óptica desproletarizante que detém, o PSD defende o **acesso equilibrado e gradual dos trabalhadores à participação crescente na gestão e capital das empresas.** As participações estatais no sector público industrial e de serviços devem ser em parte transferidas para os trabalhadores das respectivas empresas, para fundações ou instituições análogas, que as coloquem ao serviço dos trabalhadores. Devem proporcionar-se **estímulos às empresas privadas que desejem implementar uma participação no seu capital em benefício dos trabalhadores que lhes prestam serviço.**

É necessário prestar **atenção persistente à política de emprego.** Uma sociedade sadia há-de preocupar-se com a manutenção dos actuais postos de trabalho, numa linha de consolidação não artificial destes.

O desenvolvimento económico tem de proporcionar mais postos de trabalho, mas esse desenvolvimento não se atingirá a curto prazo e não pode ser impedido por medidas ou práticas que inviabilizem uma flexibilidade na gestão empresarial.

Os postos de trabalho criam-se e defendem-se com o estabelecimento duradouro de condições de confiança generalizada, de viabilização das estruturas produtivas e de enriquecimento profissional.

Os postos de trabalho desenvolvem-se criando-se **sistemas flexíveis de aprendizagem em colaboração com o sistema escolar e as empresas.**

É nesta óptica de **justiça social com realismo** que o PSD defende a dignidade do trabalho e a responsabilização solidária nas relações industriais.

14. O PSD QUER UMA QUALIDADE NOVA DE VIDA TENDO O HOMEM COMO SEU AGENTE MOTOR E SEU DESTINATÁRIO.

Uma qualidade nova de vida deve ter como objectivo o equilíbrio global e sadio da colectividade. **O Homem insere-se nesse equilíbrio como seu agente motor e seu destinatário.**

Do que se trata não é apenas de proporcionar ao homem e às comunidades em que ele vive os «instrumentos» normais da vida actual (habitação condigna, serviços sociais, saneamento básico, electrificação, acesso à cultura, etc.). É certo que uma nova qualidade de vida não se alcança sem a aplicação de recursos financeiros. Mas ela exige sobretudo a própria **participação do homem e das suas organizações de interesses na gestão dos meios e das instituições** que se destinam a realizar as finalidades apontadas.

A Juventude exige um espaço para viver num mundo de que se adivinham apenas os contornos. Isso pressupõe melhor educação, melhor formação e um trabalho realizador numa sociedade onde o futuro tenha sentido, construída com a participação activa dos Jovens.

Do mesmo modo, a atenção que se deve prestar a todos aqueles segmentos sociais que mais sofrem porque menos exigem e se manifestam, não atingirá o verdadeiro objectivo por nós proposto, se se limitar a fórmulas e técnicas que não projectem e alcancem a essência da dignidade humana e do equilíbrio da sociedade. É o caso dos **reformados e dos deficientes,** cujas potencialidades estão longe de ser aproveitadas e podem constituir, a um tempo, motivo de realização pessoal e de enriquecimento da sociedade.

ESTA É A FILOSOFIA DA NOSSA PROPOSTA. ALIMENTA-SE DA SEIVA DE UM PATRIOTISMO SÃO E NÃO CHAUVINISTA. É PROTAGONIZADA POR UM PARTIDO QUE TODOS OS PORTUGUESES SABEM NÃO ESTAR SUBORDINADO A INTERESSES INTERNACIONAIS. POR ISSO SOMOS UM PARTIDO LIVRE:

PPD/PSD DA LIBERDADE, DA JUSTIÇA E DA SOLIDARIEDADE.